

Parlamento Nacional

NOTÍCIAS EM DESTAQUE # 8 #. 15 de novembro- 21 de dezembro 2015

Capacitação dos Funcionários do Secretariado Geral do Parlamento Nacional

Os funcionários do Secretariado Geral do Parlamento Nacional participaram no curso de capacitação nas áreas de apoio ao plenário, de apoio às comissões e à Unidade Técnica de Apoio Orçamental, que decorreu de 23 de novembro até 4 de dezembro de 2015, na Assembleia da República de Portugal.

Objetivo deste curso foi aprofundar os conhecimentos teóricos e práticos dos funcionários nas áreas acima referidas. O papel dos participantes, depois desta participação é disseminar, implementar e transmitir aos utentes, internos e externos, através da prestação dos serviços de cada divisão, esses conhecimentos. A simplificação da administração determina não apenas a desburocratização, mas também rapidez no atendimento público, garantindo sobretudo a satisfação das necessidades dos utentes internos do Parlamento Nacional.

Notícias Em Destaque

Os participantes são: funcionários da Divisão de Apoio ao Plenário, da Divisão de Apoio às Comissões e funcionários da divisão de Apoio das finanças.



Parlamento Nacional

NOTÍCIAS EM DESTAQUE # 8 #. 15 de novembro - 21 de dezembro 2015

PN disponibiliza Sistema de Gestão do Processo Legislativo e Parlamentar.



O Parlamento Nacional disponibilizou um sistema para a gestão da sua informação legislativa e parlamentar.

A instalação e configuração deste sistema de base de dados contou com a cooperação da Assembleia da República de Portugal e da Universidade de Aveiro, que deu formação ao Parlamento Nacional, através da Divisão de Apoio ao Plenário (DIPLN) e da Divisão de Apoio às Comissões (DICOM) sobre como carregar toda a informação relacionada com a atividade parlamentar e com o processo legislativo.

Na sessão de apresentação do sistema, na sala de conferências do Parlamento Nacional, no dia 1 de dezembro de 2015, o Diretor de Apoio Parlamentar, Adelino Afonso de Jesus, disse ser a primeira vez que este sistema é utilizado no Parlamento Nacional, ainda que já esteja a ser utilizado nos Parlamentos de outros países da CPLP. De igual forma, o Eng. Nuno França, da Assembleia da República de Portugal, explicou que uma das vantagens deste sistema de gestão de informação é a de poder salvaguardar todos os documentos que tenham relação com o processo legislativo e todos os seus procedimentos.

O Professor Cláudio Teixeira, da Universidade de Aveiro, envolvido na formação e na criação do sistema, acrescentou que o sistema não facilita apenas o trabalho dos Deputados, mas também permite ao público compreender de forma mais profunda a totalidade do processo legislativo. Disse ainda que o sistema inclui também o trabalho das comissões, bancadas parlamentares, ministérios, as agendas de trabalho e as biografias dos Deputados.

Na ocasião, o membro do Conselho de Administração, Deputado Jorge da Conceição Teme, manifestou a sua apreciação pela disponibilização deste sistema de base de dados para facilitar as tarefas dos Deputados, mas ressaltou que é muito importante que seja garantida a sua sustentabilidade no futuro, porque - acrescentou - alguns ministérios, o sistema de base de dados não é sustentável por não haver recursos humanos suficientes.

Notícias em Destaque

O Presidente do Parlamento Nacional, depois de assistir à apresentação, concordou que o sistema poderá facilitar as funções dos Deputados, pelo que solicitou aos Deputados, funcionários do Parlamento Nacional e público que o utilizem, para acompanhar os trabalhos parlamentares.

Os participantes na apresentação do sistema incluíram o Presidente do Parlamento Nacional, Vicente da Silva Guterres, os membros do Conselho de Administração, o Diretor da D-PARL, o Chefe da DICOM, o Chefe da DIPLN, o Chefe da DITIC, o Eng. Nuno França da Assembleia da República de Portugal e os dois professores da Universidade de Aveiro: Cláudio Teixeira e Pedro Bento.

Discussão e Aprovação do Orçamento Geral do Estado para 2016.

Parlamento Nacional Aprova OGE 2016 na Generalidade

O Parlamento Nacional, no dia 3 de dezembro de 2015, aprovou por unanimidade (com 65 votos a favor, 0 contra e 0 abstenções) o Orçamento Geral do Estado para 2016, na generalidade, com um montante de \$ 1.562.233.

O debate na generalidade decorreu durante três dias, de 1 a 3 de dezembro de 2015.

Na abertura da discussão do OGE para 2016, o Primeiro-Ministro, Rui Maria de Araújo disse que o montante de \$ 1.562.233 apresentado na Proposta de Orçamento Geral do Estado, incluindo empréstimos, será dividido pelas seguintes categorias:

- Salários e Vencimentos \$ 181.529 milhões;
- Bens e Serviços, incluindo o Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano \$ 468.988 milhões;
- Transferências Públicas \$ 475.775 milhões;
- Capital Menor \$ 17.565 milhões;
- Capital de Desenvolvimento, incluindo o Fundo das Infraestruturas, \$ 418.376 milhões.

O Primeiro-Ministro explicou ainda que o valor que o Governo propõe decresceu um pouco, comparando com o orçamento anterior. Isto resulta de uma análise realista e profunda das necessidades e prioridades, tomando em consideração a conjuntura mundial, em que a descida do preço



Notícias em Destaque

do petróleo pode ter efeitos sobre a economia global. Ainda assim, sempre com a preocupação de o estado não se afastar do rumo de investimento que se mantém nas áreas que permitem continuar a fazer avançar a diversificação e o crescimento sustentável da economia timorense.

Para que Timor-Leste se possa tornar um país de rendimento médio-alto até 2030, precisará de um crescimento forte e de grande qualidade na economia não-petrolífera. Entre 2007 e 2012, o Governo implementou uma política económica que nos trouxe uma elevada taxa de crescimento económico.

Entretanto, após a aprovação na generalidade da proposta de Orçamento Geral do Estado para 2016, os trabalhos continuaram imediatamente com a discussão e votação do Projeto de Deliberação do Parlamento Nacional número 14/2015 para a formação de uma Comissão Eventual para recolher e analisar propostas de alteração consensuais à proposta de lei número 33/III (4ª) – Orçamento Geral do Estado para 2016. Esta deliberação foi aprovada com 57 votos a favor, 8 contra e 0 abstenções.

A composição da Comissão Eventual, conforme o artigo 3º do Projeto de Deliberação do Parlamento Nacional número 14/2015, é a seguinte: Comissão de Finanças Públicas, com todos os seus membros, o Presidente e os Vice-Presidentes, 6 representantes da bancada da FRETILIN, 2 representantes da bancada do CNRT, 1 representante da bancada do PD, e 1 representante da bancada da

Frente-Mudança, além dos Presidentes das Comissões e seus Vice-Presidentes, quando houver substituição. A Comissão Eventual é presidida pelo Presidente do Parlamento Nacional.

Os Trabalhos da Comissão Eventual

Conferência de Imprensa



No segundo dia, os trabalhos da Comissão Eventual foram preenchidos com as diligências do Governo para ajustar o documento, tendo em conta as 59 propostas de aditamento apresentadas e admitidas no primeiro dia de trabalhos da Comissão Eventual, em 4 de dezembro último. Assim, neste segundo dia, o Governo concentrou-se em fazer os acertos relativos a cada ministério antes de entrar na discussão na Comissão Eventual no terceiro dia.

Notícias em Destaque

A Comissão Eventual continuou as suas tarefas no dia 10 de dezembro, discutindo as propostas admitidas. Após a discussão das mesmas, foram submetidas à aprovação ao nível da Comissão Eventual, para preparar um texto único substitutivo, que foi discutido na especialidade durante 10 dias no Plenário do Parlamento Nacional declarou o Vice-Presidente do Parlamento Nacional Adérito Hugo da Costa em conferência de imprensa em 9 de dezembro de 2015.

Reunião da Comissão Eventual para a Recolha e Análise de Propostas de Alteração Consensuais à Proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado para 2016. Governo aceitou 33 propostas de alteração.



A Comissão Eventual para a Recolha e Análise de Propostas de Alteração Consensuais à Proposta de Lei nº 33/III (4ª) - Orçamento Geral do Estado para 2016, realizou, no dia 10 de dezembro, a sua primeira reunião, no âmbito da discussão e votação na especialidade do Orçamento Geral do Estado para 2016.

A reunião da Comissão, realizada no Salão Nobre do Ministério dos Negócios Estrangeiros e

Cooperação, foi presidida pelo Presidente do Parlamento Nacional, Vicente da Silva Guterres. Integrou ainda os restantes membros da Comissão Eventual.

A reunião contou ainda com a participação do Primeiro-Ministro, Dr. Rui Maria Araújo, da Ministra das Finanças, Dra. Santina Cardoso, e de outros membros do Governo.

Durante a reunião, foram analisadas as propostas de alteração à proposta de lei do Orçamento Geral do Estado para 2016, apresentadas pelos Deputados, no total de 46 propostas admitidas pela Mesa do Parlamento Nacional, tendo o Governo manifestado a sua aceitação relativamente a 33 alterações propostas.

Seguiu-se o debate, pelos membros da Comissão, sobre as 13 propostas de alteração que não mereceram concordância do Governo, tendo a Comissão analisado em pormenor as propostas de alteração relativas ao orçamento previsto para o Gabinete do Primeiro-Ministro, Secretaria de Estado da Juventude e Desporto, Secretaria de Estado para a Política da Formação Profissional e Emprego, Ministério da Solidariedade Social, Ministério da Saúde, Ministério do Comércio, Indústria e Ambiente, Ministério do Turismo, Arte e Cultura, Ministério do Interior, Ministério da Justiça, Tribunais, Provedoria dos Direitos Humanos e Justiça e Polícia Científica de Investigação Criminal.

Notícias em Destaque

No final da reunião, o Vice-Presidente do Parlamento Nacional, Adérito Hugo da Costa, informou os órgãos de comunicação social sobre os trabalhos da Comissão, tendo declarado que as propostas de alteração não implicam uma mudança no valor global da proposta de orçamento apresentada pelo Governo.

Continuação dos trabalhos da Comissão Eventual para a Recolha e Análise de Propostas de Alteração Consensuais à Proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado para 2016

A Comissão Eventual para a Recolha e Análise de Propostas de Alteração Consensuais à Proposta de Lei nº 33/III (4ª) - Orçamento Geral do Estado para 2016, concluiu no dia 11 de dezembro a análise das propostas de alteração apresentadas à Mesa do Parlamento Nacional.

Após análise de todas as propostas de alteração apresentadas pelos Deputados, o Governo submeteu à consideração da Comissão a introdução de alterações, com vista a assegurar a alocação de verbas para implementação das propostas de alteração aceites, e para introdução de melhorias na proposta de lei orçamental.

A Comissão debruçou-se ainda sobre as propostas de alteração ao articulado da proposta de lei.

como conclusão dos trabalhos desenvolvidos ao longo de dois dias de trabalho, foi preparado um texto substitutivo que incorpora todas as

propostas de alteração consensualmente aceites pela Comissão.

A Comissão retomou os seus trabalhos no dia 14 de dezembro, para aprovação da versão final do texto substitutivo a submeter ao Plenário e do relatório sobre os trabalhos da Comissão.

Comissão Eventual para a Recolha e Análise de Propostas de Alteração Consensuais à Proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado para 2016 aprovou o texto substitutivo para apresentação ao Plenário

A Comissão Eventual para a Recolha e Análise de Propostas de Alteração Consensuais à Proposta de Lei nº 33/III (4ª) - Orçamento Geral do Estado para 2016, concluiu hoje os seus trabalhos, com a aprovação do texto substitutivo único e do relatório.

O texto substitutivo da Comissão foi enviado ao Plenário do Parlamento Nacional, para discussão e votação.

A discussão e votação na especialidade do Orçamento Geral do Estado para 2016 em Plenário, iniciou-se no dia 15 de dezembro, às 14 horas.



Notícias em Destaque

Discussão e Votação na Especialidade do Orçamento Geral do Estado para 2016

O Parlamento Nacional iniciou no dia 15 de dezembro de 2015, a discussão e votação na especialidade da proposta de Orçamento Geral do Estado para 2016.

No início da reunião plenária, foi lido o relatório dos trabalhos desenvolvidos pela Comissão Eventual para a Recolha e Análise de Propostas de Alteração Consensuais à Proposta de Lei nº 33/III (4ª) - Orçamento Geral do Estado para 2016, seguindo-se a discussão do texto único substitutivo, apresentado pela Comissão ao Plenário.

O texto único substitutivo foi aprovado com 54 votos a favor, 0 votos contra e 8 abstenções, tendo o mesmo sido incorporado na proposta de lei orçamental.

Na discussão na especialidade, o Parlamento Nacional iniciou o debate sobre o orçamento para cada ministério, secretaria de estado e os órgãos autónomos.



Orçamento Geral de Estado 2016 aprovado por unanimidade



O Parlamento Nacional, no dia 18 de dezembro de 2015, aprovou o Orçamento Geral de Estado para 2016 por unanimidade, com 64 votos a favor, 0 contra, e 0 abstenções.

Após a discussão, na generalidade e na especialidade, o Parlamento Nacional aprovou o OGE 2016, com um total de \$1.562,233 milhões, conforme a proposta de orçamento apresentada pelo Governo ao Parlamento Nacional.

Este total de \$1.562,233 milhões divide-se pelas seguintes categorias:

- Salários e Vencimentos \$181,874 milhões;
- Bens e Serviços \$449,015 milhões;
- Transferências Públicas \$476,030 milhões;
- Capital Menor \$18,844 milhões;
- Capital de Desenvolvimento \$436,470 milhões.

A Sessão Plenária para a aprovação final do orçamento foi presidida pelo Presidente do Parlamento Nacional, com a Vice-Secretária da Mesa,

Notícias em Destaque

Angelina Machado de Jesus, e a representação do Governo foi liderada pelo Primeiro-Ministro, Rui Maria de Araújo, com a presença da Ministra das Finanças e de outros membros do Governo.

Orçamento Geral do Estado para 2016 enviado para o Presidente da República

O Parlamento Nacional, através do Gabinete do Presidente do Parlamento Nacional, enviou, no dia 21 de dezembro de 2015, o Orçamento Geral do Estado para 2016, aprovado em 18 de dezembro de 2015, para o Presidente da República, para promulgação.

O Orçamento Geral do Estado para 2016 havia sido aprovado na generalidade no dia 03 de dezembro de 2015. Antes do debate na especialidade, o Plenário aprovou o projeto de deliberação nº 14/2015 – Sobre constituição de uma Comissão Eventual para a recolha e análise de propostas de alteração consensuais à Proposta de Lei nº 33/III(4ª)-Orçamento Geral do Estado para 2016.

Depois de a Comissão Eventual ter realizado o seu trabalho de compilação e análise das Propostas de alteração apresentadas pelos Senhores Deputados, a Comissão preparou um texto único substitutivo e apresentou-o ao Plenário.

O Orçamento Geral do Estado para 2016 foi aprovado em Sessão Plenária do Parlamento Nacional, no dia 18 de dezembro de 2015, por unanimidade (64 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções)

O total do Orçamento Geral do Estado que o Parlamento Nacional aprovou foi \$1.562,233, distribuído pelas seguintes categorias:

- Salários e Vencimentos \$ 181,874 milhões;
- Bens e Serviços \$449,015 milhões;
- Transferências Públicas \$476,030 milhões;
- Capital Menor \$18,844 milhões;
- Capital de Desenvolvimento \$436,470 milhões.

Visita de Estudante da Universidade Curtin, em Perth, Austrália, ao Parlamento Nacional, no dia 02 de dezembro de 2015.



Notícias em Destaque

Os Estudantes da Universidade Curtin, estiveram assistir ao debate do Orçamento Geral do Estado de 2016 no segundo dia.



No Próximo Boletim:

- Sessões Plenárias do Parlamento Nacional
- Reuniões das Comissões Especializadas Permanentes
- Outras informações.

Contactos:

agus.santos@parlamento.tl

guilhermina.barbosa@parlamento.tl